

## MAX WEBER, A GRÉCIA E O ANTAGONISMO ENTRE OCIDENTE E ORIENTE

Alexandre Galvão Carvalho\*

### Resumo

Max Weber em seus estudos sobre o mundo antigo teceu reflexões instigantes acerca da relação entre Ocidente e Oriente à luz de seu arcabouço teórico. Tomando a *polis*, a cidade e o capitalismo como tipos ideais, Weber traçou diferenças fundamentais entre as sociedades mediterrâneas e as sociedades do Antigo Oriente Próximo. Relacionar o capitalismo e a constituição da ciência histórica, por meio dos trabalhos de Weber, especificamente acerca da Grécia antiga, é o objetivo deste trabalho.

**Palavras-chave:** Max Weber, Grécia, História Antiga.

### Abstract

Max Weber in his studies about the ancient world made instigating reflections concerning the relationship between West and East in light of his theoretical outline. Taking the *polis*, the city and capitalism as ideal types, Weber delineated fundamental differences between the Mediterranean and Ancient Near East societies. To relate capitalism and constitution of the historical science, through Weber's works, specifically concerning Ancient Greece, it is the purpose of this work.

**Keywords:** Max Weber, Greece, Ancient History.

Max Weber (1864-1920) iniciou sua carreira acadêmica desenvolvendo trabalhos de História Antiga. Mommsen o considerava como seu sucessor e seu primeiro trabalho sobre o mundo antigo, **Die römische Agrargeschichte** (História Agrária Romana), de 1891, foi muito bem recebido pelos historiadores. Ao mesmo tempo em que obtinha o respeito dos historiadores, Weber ocupava a cadeira de economia política em Heidelberg, no lugar de Karl Knies. Seus trabalhos sobre a Grécia antiga estão inseridos em dois debates complementares: um sobre a natureza da ciência histórica, gerados no seio Escola Histórica de Teoria Econômica e da tradição histórica alemã e o outro acerca da economia antiga, posteriormente conhecido como o debate do “oikos”.

A preferência pelos métodos históricos com o intuito de historicizar a economia política clássica constituiu o objetivo mais geral da Escola Histórica de Teoria Econômica, que remonta à década de 1840, cujos primeiros representantes foram Wilhelm Roscher, Bruno Hildebrand e Karl Knies e, posteriormente, Gustav von Schmoller, na década de 1870. Os economistas históricos alemães argumentavam que os economistas clássicos ingleses defendiam axiomas que representavam as leis naturais da vida econômica e, por isso, a Economia política tinha se tornado uma ciência dedutiva, já que certas definições eram afirmadas como de aplicação universal, para todos os países sobre a superfície do globo e

---

\* Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutor em História Social

todas as classes de sociedade, e, dessas definições, foi deduzido um sistema completo de proposições, que eram observadas como de validade demonstrada. Em oposição, os alemães procuraram construir uma ciência econômica indutiva, com um forte traço evolucionista.

Os trabalhos dos alemães foram questionados em 1883 quando o austríaco Carl Menger iniciou a famosa “controvérsia dos métodos” publicando **Untersuchungen über die Methode der Sozialwissenschaften und der politischen Ökonomie insbesondere** (Investigações acerca do método das ciências sociais com referência especial à economia), em que criticava o caráter antiteórico da Escola Histórica de Teoria Econômica e ressaltava a necessidade da análise teórica (RINGER, 2000:145-150). Para Menger, a teoria econômica não deveria ser confundida nem com os relatos históricos sobre as práticas econômicas nem com os estudos políticos práticos. Insistindo na diferença entre economia teórica e histórica, afirmou que a primeira orientação persegue o conhecimento do geral e a segunda visa o conhecimento do concreto ou, mais exatamente, do individual. Estavam estabelecidos os cânones da teoria marginalista, que tenta aprofundar os dogmas da economia clássica e procura redefinir as fronteiras entre a Economia teórica e a História Econômica (NAFISSI, 2005:27-30)

Os historiadores alemães, oriundos da tradição histórica alemã, defendiam uma ciência histórica oposta aos cânones das ciências naturais, não aceitando a formulação de leis gerais para os estudos históricos, pois, a História como ciência cultural, distanciava-se do objetivo cognitivo das outras ciências ao não formular regularidades e ao sublinhar elementos do singular e espontâneo, preocupada em entender as intenções e os valores humanos (IGGERS, 1995:15-23). Este debate tinha uma interface com a contenda entre economistas austríacos e alemães, pois os membros da Escola Histórica de Teoria Econômica não aceitavam a imposição de leis gerais para se investigar o desenvolvimento econômico de um povo, conforme os cânones da economia clássica inglesa.

Weber se posicionou favorável aos historiadores e combateu veementemente a construção de leis gerais para as ciências da cultura, posto que, a ciência social é uma ciência da realidade, mas, por procurar compreender esta realidade naquilo que ela tem *específico*, não se propõe a se apoderar de toda a realidade, mas sim de um fragmento limitado dessa realidade, constituindo este o objeto da compreensão científica, sendo só ele, *essencial*, no sentido de digno de ser conhecido (WEBER, 2004:91-92).

Weber propôs os tipos ideais como conceitos específicos das ciências da cultura, preocupados com o particular e não com o geral, como meios fecundos para sugerir hipóteses, sem o objetivo de esgotar a infinita riqueza da realidade, mas sim conferir uma ordem ao caos dos fatos que o historiador inclui no âmbito de seu interesse (WEBER, 2004:120-126).

Estes debates constituíram o “pano de fundo” de um ruidoso debate travado entre historiadores e economistas alemães, na segunda metade do século XIX, acerca da economia antiga. Em um famoso ensaio do economista histórico Karl Bücher (1847-1930), **Die Entstehung der Volkswirtschaft** (As origens da economia nacional), de 1893, dez anos depois da publicação do trabalho de Menger, procurava-se reconciliar os preceitos nomológicos abstratos da Escola Austríaca e da economia política inglesa com o historicismo, tendo as teorias evolucionistas como elemento fundamental. Bücher afirmava em seu ensaio que o estabelecimento de estágios econômicos era um procedimento metodológico indispensável, sendo o mundo antigo dominado pelo oikos, uma clara influência de Rodbertus (BUCHER, 1901:44). As teses de Bucher foram fortemente criticadas no dia 20 de abril de 1895, no Terceiro Congresso de Historiadores Alemães, por Eduard Meyer, um respeitado historiador da Antiguidade. Esta crítica representava, em primeiro lugar, uma reação às teorias evolucionistas advindas tanto de economistas históricos quanto de historiadores, como, por exemplo, Karl Lamprecht, e, em segundo lugar, o desejo dos historiadores profissionais, no caso de Meyer, de reafirmar seu “lugar” no campo dos estudos históricos. Eles não aceitaram uma teoria, formulada por um economista, que estabelecia estágios econômicos para longos períodos temporais, com a predominância do *oikos* por toda a Antiguidade, sem considerar as diversidades dos fatos históricos contidos nos períodos. Na verdade, a teoria evolucionista de Bücher e o rigor de sua teoria serviram para reafirmar as fronteiras entre a História e as outras ciências da cultura.

Weber desenvolveu, pelo menos em parte, a noção de tipo ideal para combater e substituir a teoria evolucionista proposta por Bücher, pois, seguindo as críticas dos historiadores, ele percebeu que a teoria do *oikos* não poderia explicar ou fornecer leis de desenvolvimento de sociedades antigas. Isto não significa dizer que Weber tenha descartado os conceitos e classificações de Bücher. Ele considerou o *oikos* como um tipo ideal e não o descartou da pesquisa histórica, desde que usado como hipótese empírica a ser testada na pesquisa. Assim, apesar de concordar com Bücher de que a História e a teoria são atividades distintas, esta última, contudo, não exaure ou incorpora a essência da “realidade”, que, para Weber, se confunde com a História.(NAFISSI, 2005:83-85)

Nas suas reflexões sobre a Grécia antiga, Weber não abre mão da construção de conceitos, porém vincula a vida econômica a outras esferas da sociedade. Tais trabalhos também demonstram a possibilidade de construir tipos de teorias econômicas para diferentes estágios da História. É possível perceber, em sua análise, a presença de diversos “tipos” entrelaçados e misturados no curso da história econômica e social grega. Desde o período

micênico até o final do clássico, estão presentes elementos da dominação tradicional e carismática e de um capitalismo particular, característico do mundo antigo, o capitalismo político.

As análises mais específicas de Weber sobre a civilização grega antiga estão contidas em dois livros. O primeiro, **Agrarverhältnisse im Altertum**, inicialmente escrito em 1897, reescrito no ano seguinte e, finalmente, publicado em 1908, traduzido para o inglês, em 1909, sob o título **The agrarian sociology of ancient civilizations**(WEBER, 1998:37-79). Nele, Weber apresenta um painel amplo da organização econômica e social das sociedades do mundo antigo, e o que era pensado para ser um ensaio sobre a Grécia Antiga tornou-se uma obra de ambições muito mais amplas, última contribuição mais direta de Weber para a controvérsia do *oikos*. O segundo livro, a sua grande obra **Wirtschaft und Gesellschaft** (Economia e Sociedade), produto de um outro momento da sua carreira intelectual, inicialmente pensado como uma coletânea, contém reflexões dispersas sobre a Grécia Antiga. Nele as preocupações de Weber estão voltadas para o capitalismo moderno e as diversas formas de dominação, e o mundo antigo está inserido em uma análise comparativa mais ampla. Contudo, há no livro uma seção intitulada *dominação não legítima (a tipologia das cidades)* (WEBER, 2004: 408-517), escrito entre 1911-1913, com reflexões mais específicas e sistematizadas sobre Grécia e Roma. Este texto contém uma série de reflexões já iniciadas em **The agrarian sociology of ancient civilizations**, em que Weber aprofunda sua análise acerca da estrutura da cidade antiga, comparando-a com outros “tipos” de cidade, de outros períodos históricos, particularmente do período medieval.

Em **The agrarian sociology of ancient civilizations**, Weber retoma suas críticas - já iniciadas nos seus estudos metodológicos - aos estágios e enfatiza o desenvolvimento de um particularismo militar urbano da *pólis* grega como o principal elemento diferenciador das monarquias burocráticas do Oriente Próximo. Em contraste com o crescimento de um séqüito real extremamente dependente do rei no Oriente, na Grécia assistiu-se a uma dominação dos séqüitos reais e, conseqüentemente, ao desenvolvimento de um exército recrutado entre os pequenos fazendeiros rurais que podiam prover seu próprio equipamento militar. Esta particularidade levou ao enfraquecimento do poder real e à ausência de burocracias reais e de grandes Estados, traço marcante do desenvolvimento das monarquias orientais(WEBER, 1998:157-158).

A diferenciação entre as civilizações greco-romanas e as do Oriente começa por sua análise da civilização micênica. Tendo os poemas homéricos como fonte principal de sua análise sobre a civilização micênica, Weber procura construir o elo entre este mundo, sem

burocracia, e as cidades-Estados. A identificação do Estado micênico com uma burocracia real próxima do modelo oriental era incompatível com seu modelo, pois romperia com um arcabouço geral de desenvolvimento estrito somente ao Ocidente. Weber começava a esboçar de forma clara modelos de desenvolvimento diferentes entre Ocidente e Oriente, nos quais o Ocidente, não continha em suas raízes um traço predominante no Oriente, a burocracia real.

A insistência em universalizar categorias como capitalismo, burocracia, feudalismo e “Ocidente” surge em **The agrarian sociology of ancient civilizations** pela comparação entre as *póleis* greco-romanas e as formações do Oriente Próximo. O rompimento com a realeza no Ocidente, algo que não acontece no Oriente, abre caminho para o surgimento da *pólis* e do capitalismo. É só nas cidades-Estados que se desenvolvem novas formas de regra política, interação econômica, ou legitimação ideológica em entidades geopolíticas claramente diferenciadas. O capitalismo se tornou dominante no Ocidente, na medida em que o político assume um papel preponderante na análise das estruturas econômicas.

Weber também propõe uma série de estágios de desenvolvimento para o Oriente Próximo, cujos tipos – da fortaleza real aos Estados autoritários litúrgicos ou reinos burocráticos – são formas de organização política em que a burocracia estatal, ao mesmo tempo em que reprime o capitalismo, acentua e consolida o papel do *oikos* real, monopólio daquele que detém o poder político, ideológico e econômico e inclui o exército, a burocracia e o templo. Weber reemprega o *oikos*, diferente de Rodbertus e Bücher – que o definem como a principal instituição da civilização greco-romana – como predominante nas realezas burocráticas orientais e como um obstáculo ao surgimento da *pólis* e desenvolvimento do capitalismo e feudalismo. A mudança de foco é o papel institucional do Estado – as realezas burocráticas – que determina o curso das transações econômicas em detrimento das forças mercantis. Weber rompe com o cerne da teoria evolucionista e abre um caminho de investigação que, posteriormente, seria explorado por Polanyi.

Em *dominação não legítima (a tipologia das cidades)*, a análise muda, talvez pelo conhecimento melhor do material arqueológico. Já são encontradas maiores afinidades da civilização micênica com o Oriente, uma vez que esta civilização pressupunha “uma realeza patrimonial baseada em trabalho forçado, de caráter oriental, ainda que de dimensões bem menores;” (WEBER, 2004: 408-517), a administração usava um sistema gráfico próprio com fins contábeis de caráter patrimonial burocrático correspondendo, em pequena escala, às realizações orientais, com trabalho forçado e uma administração centralizada no palácio. Estas observações não contradizem uma análise mais geral, que agora tem como eixo comparativo

não somente o Oriente e o Ocidente, mas, também, o capitalismo antigo e o moderno, embora não deixem de contradizer uma das orientações centrais do primeiro trabalho.

A linha de continuidade entre **The agrarian sociology of ancient civilizations** e *dominação não legítima (a tipologia das cidades)* é o estudo dos fundamentos da cidade associados ao desenvolvimento também peculiar ao Ocidente. Contudo, no segundo trabalho, Weber deixa de ver as sociedades antigas sob uma perspectiva de um historiador da Antiguidade, passando a vê-las, prioritariamente, como elementos comparativos de referência para uma melhor compreensão de peculiaridades do capitalismo moderno, da sua emergência e de seu futuro.

Em *dominação não legítima (a tipologia das cidades)*, o nascimento das cidades é um fenômeno circunscrito inicialmente ao Ocidente, uma vez que ele está atrelado à presença de um exército auto-equipado, originário de um “estamento de guerreiros”, com autonomia militar do indivíduo perante o “senhor” e fomentador de uma comunidade política de cidadãos. A ausência de um aparato coativo burocrático, servil e dependente fortaleceu o grupo de guerreiros autônomos a quem o rei precisava recorrer para recrutar seus próprios órgãos administrativos, os dignitários e funcionários locais. Em suma, o nascimento de uma *confraternização* urbana sem impedimento de caráter mágico dos clãs ou das castas e a diferença da constituição *militar*, em particular a de seus fundamentos econômicos religiosos, surgiram inicialmente no Mediterrâneo e depois na Europa. Weber irá aqui definir “tipos” de cidades: a cidade de linhagens, a cidade plebéia e a cidade democrática, que estão em direta relação com os tipos de *pólis* de **The agrarian sociology of ancient civilizations**: *pólis* aristocrática, *pólis* hoplita e *pólis* democrática.

Em *dominação não legítima (a tipologia das cidades)*, Weber aponta a transformação da administração como resultado do desenvolvimento democrático. Em lugar dos notáveis, aparecem os funcionários do *demos* eleitos ou sorteados, para quem o exercício curto do cargo e a proibição de reeleição obstruíam a possibilidade de uma carreira profissional. Os cidadãos desempenhavam atividades ocasionais, em que as receitas constituíam uma fonte de renda acessória: “Os grandes cargos políticos, sobretudo os militares, estavam reservados aos cidadãos abastados, pois demandavam tempo integral.”(WEBER, 2004:477-478) Tudo isto impedia a formação de uma burocracia nos moldes modernos, resultando, diferentemente do que está em **The agrarian sociology of ancient civilizations**, na ausência de um elemento positivo ao desenvolvimento do capitalismo. Em **The agrarian sociology of ancient civilizations**, em que o Oriente é o principal eixo comparativo, a ausência de burocracia é

positivamente recebida; já em *dominação não legítima (a tipologia das cidades)*, esta ausência significa a falta de um elemento para se alcançar um outro estágio mais complexo.

Esse caráter da burocracia no seio da dominação racional parece entrar em contradição com o papel da burocracia apresentado em **The agrarian sociology of ancient civilizations**, embora seja preciso especificar a que burocracia Weber estava se referindo. Em algumas conferências, proferidas em 1909, ele teceu críticas à burocracia prussiana de forma muito parecida às críticas feitas em **The agrarian sociology of ancient civilizations** às sociedades do Antigo Oriente Próximo e mesmo à Roma imperial. A Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a França forneciam, naquele momento, os pontos comparativos positivos. Apesar de criticar o ideal burocrático de vida, Weber preferia a burocratização da sociedade capitalista moderna à paz e segurança da burocracia total prometida pelo socialismo. É à burocracia prussiana e ao socialismo que Weber se volta na época de **The agrarian sociology of ancient civilizations**, e não às sociedades capitalistas modernas, consideradas por ele mais “arejadas”.(NAFISSI, 2005: 122)

Ao investigar mais atentamente os trabalhos de Weber sobre a Grécia Antiga à luz de seu instrumental teórico, contextualizando-os no interior dos debates nos quais eles foram produzidos, percebemos que, particularmente em **The agrarian sociology of ancient civilizations**, diminui bastante a distância entre o seu ponto de vista e o dos “modernistas”: Eduard Meyer enxerga um desenvolvimento homólogo entre o Mundo Antigo e os Tempos Modernos, contrapondo-se às idéias de Bücher de um evolucionismo linear. Weber também se opõe a este evolucionismo, em ambos os textos analisados, ao apontar características dominantes de relações “feudais” até o surgimento da *pólis* e, posteriormente, “capitalistas”, sob o domínio da *pólis*, na Grécia Antiga. Em **The agrarian sociology of ancient civilizations**, o *oikos* deixa de ser a característica dominante de toda a Antiguidade. Foi possível a Weber encontrar na Antiguidade relações econômicas que foram predominantes em períodos posteriores. Weber cedia às críticas modernistas aos estágios de desenvolvimento econômico de Bücher e Rodbertus, embora diferentemente de Meyer, procurasse estabelecer um caráter específico para o feudalismo e o capitalismo antigos, que segundo ele, não eram os mesmos de períodos posteriores. Esta especificidade, contudo, muda de perspectiva nos dois textos aqui investigados, por não ter o mesmo eixo comparativo: no primeiro, o capitalismo é analisado como resultado do desenvolvimento histórico inovador em relação às realidades do Oriente, vistas, em razão da sua burocracia e estatização, como obstáculos ao livre desenvolvimento do feudalismo e capitalismo. O autor procura acentuar os aspectos positivos desse desenvolvimento em detrimento das burocracias sufocantes do Antigo Oriente Próximo,

comparadas à Prússia moderna e aos ideais socialistas, aos quais Weber era extremamente crítico; no segundo texto, o capitalismo antigo é primordialmente, mas não unicamente, comparado ao capitalismo moderno, com acentuado caráter irracional. A ausência da burocracia aqui, diferente do que se viu no primeiro texto, é um traço da ausência de racionalismo do capitalismo antigo. É um capitalismo permeado por valores tradicionais, no qual o *ethos* de um estamento guerreiro é dominante e impede qualquer avanço em direção aos valores do capitalismo moderno. Portanto a especificidade do caráter do capitalismo deve ser relativizado, pois está inserido, nos textos analisados, em contextos diferentes.

A grande contribuição de Weber em relação à controvérsia do *oikos* é o redirecionamento do caráter “primitivo” do mundo antigo, deslocado do *oikos*, segundo ele, agora predominante no Oriente, para a *pólis*. Este redirecionamento levou-o a explorar os traços distintivos da organização política da cidade-Estado para caracterizar suas formas de dominação e seu capitalismo. A sua preocupação obsessiva com a racionalidade burocrática, em *dominação não legítima (a tipologia das cidades)*, como característica definidora do mundo moderno, limitou seu interesse e obscureceu sua visão da Antiguidade, dificultando uma melhor construção das especificidades históricas daquela realidade. Na verdade, Weber abriu um caminho a ser explorado por aqueles que queriam trilhar pelas pegadas do primitivismo, sem continuar nas teias do evolucionismo linear de Bücher e Rodbertus.

No debate entre primitivistas (Bücher e Rodbertus) e modernistas (Meyer e discípulos) Weber cedeu às críticas dos historiadores modernistas ao limitar a importância do *oikos* na economia do mundo antigo e ao seccionar a Antiguidade em zonas socioeconômicas e culturais distintas, em civilizações, em que cada uma passou por formas específicas de desenvolvimento. Finalmente, Weber dá um passo além dos primitivistas, ao separar a *pólis* clássica da economia do *oikos*, associando o declínio do *oikos* ao desenvolvimento da *pólis* e, posteriormente, ao capitalismo. O *oikos* tem um papel de destaque na Grécia nos estágios iniciais, no Oriente Próximo e, no final da Antiguidade, no Império Romano. Esse papel do *oikos* está associado à realeza no Ocidente e Oriente, sendo, no entanto, interrompido no Ocidente com o surgimento da *pólis* aristocrática e a abolição da realeza. A historicidade desses estágios históricos dissolve os conceitos unitários elaborados por Bücher, em que a visão linear é substituída por uma visão cíclica, diferente daquela de Meyer, que relacionava períodos da Antiguidade com períodos da Idade Média de forma homóloga.

Os trabalhos de Weber foram forjados sob o impacto de um fenômeno que dominou a mente dos homens que viveram no final do século XIX: o capitalismo. Tentar explicar, defender, transformar ou superar o capitalismo ocupou as preocupações de todos eles. Os



modelos elaborados por Weber estiveram diretamente atrelados às questões que surgiram durante o desenvolvimento do capitalismo. Daí a relação entre as ciências modernas, capitalismo e História. O estatuto científico da História nasce no bojo destas transformações e coloca o estudo da sociedade como uma das maneiras de se pensar a História de forma científica.

Se a constituição da Historiografia moderna esteve atrelada ao capitalismo, ela também legitimou o domínio de valores do Ocidente sobre o resto da população do planeta. Na medida em que o capitalismo é fruto de uma revolução econômica, política e mental no interior de formações sociais ocidentais, a Historiografia moderna não poderia deixar de produzir uma reflexão sobre o passado em que os valores do capitalismo ocidental estivessem no centro de suas reflexões. Weber, e depois Polanyi e Finley procuram demonstrar que os valores dominantes do capitalismo moderno ocidental foram produtos de um processo histórico. Ao historicizar o nascimento da mentalidade capitalista moderna, Weber voltou-se para sociedades passadas para entender as raízes dos valores capitalistas e os motivos pelos quais eles não eram dominantes naquelas sociedades. A antinomia racional e irracional é localizada no passado greco-romano, no medievo e nas sociedades modernas ocidentais, excluindo-se, portanto, o Oriente por não ter produzido as raízes políticas e econômicas favoráveis ao nascimento de uma sociedade capitalista moderna.

A Atenas clássica fomentou um diálogo retrospectivo a partir de um fenômeno tão transformador e intenso quanto a própria democracia para aos gregos. Weber e posteriormente Polanyi e Finley encontraram em Atenas o elo originário, filtrado já por diversas tradições, do nascimento da civilização ocidental.

Se hoje vivemos em uma realidade em que o capitalismo, ainda presente e dominante, não mais engendra grandes modelos explicativos, é porque ele próprio se transformou. As grandes antinomias do século XX – capitalismo *versus* comunismo, capital *versus* trabalho – estão diluídas em uma série de novas questões que não mais privilegiam a afirmação ou superação do capitalismo. O capitalismo agora se encontra naturalizado e mesmo rotinizado, não estando mais no centro dos grandes debates acadêmicos e políticos. Neste contexto, a Historiografia atual formula novas questões sobre a Antiguidade e redimensiona os modelos formulados por Weber e outros sábios que formularam modelos acerca da economia antiga. Se isto é positivo para o “progresso” da História, como diria Finley, esta historiografia, que se instala redefinindo as interrogações do presente acerca do passado e procurando novas respostas, não poderá fazer interpretações do mundo antigo sem levar em conta o legado de

uma historiografia responsável pela elaboração de um rico quadro de categorias acerca da economia antiga.

## **BIBLIOGRAFIA**

BÜCHER, K. **Études d'histoire et d'économie politique**. Bruxelas; Paris: Henri Lamertin Éditeur & Félix Alcan Éditeur, 1901.

IGGERS, G. **La ciencia historica en el siglo XX. Una visión panorámica y crítica del debate internacional**. Barcelona: Editorial Labor, 1995.

MEYER, E. **El historiador y la historia antigua**. Estudios sobre la teoría de la Historia y la Historia económica y política de la Antigüedad. México - Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 1955.

NAFISSI, M. **Ancient Athens & Modern Ideology**. Value, theory & evidence in historical sciences. Max Weber, Karl Polanyi & Moses Finley. London: Institute of classical studies, 2005.

PEARSON, W. El debate secular sobre o primitivismo econômico. In: POLANYI, K., ARENSBERG, C., PEARSON, H. **Comércio y mercado en los imperios antiguos**. Barcelona: Labor universitária, 1976, p. 51-59.

RINGER, F. **O declínio dos mandarins alemães**. São Paulo: Edusp, 2000.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. Tradução de Augustin Wernet, São Paulo: Cortez Editora, 1992.

WEBER, M. **The Agrarian sociology of ancient civilizations**. Tradução de FRANK, R.I. London; New York: Verso, 1998.

WEBER, M. **Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, 4ª edição, Brasília: UnB, 2004. 2v.